

Artigo 3.º

A presente portaria produz efeitos retroactivos à data da sua assinatura.

Em 22 de Setembro de 2008.

O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Secretário de Estado da Educação, *Valter Victorino Lemos*.

ANEXO

Escola a criar para 2008-2009

Direcção Regional de Educação do Algarve

QZP 8 Algarve — Escola não agrupada

Concelho — Albufeira

Movimento — Criação

Escola — 346883 EB 2,3/S de Albufeira

Lugares por grupo de recrutamento:

100 — 0;
110 — 0;
200 — 2;
210 — 0;
220 — 1;
230 — 2;
240 — 2;
250 — 1;
260 — 2;
290 — 0;
300 — 3;
310 — 0;
320 — 0;
330 — 2;
340 — 0;
350 — 0;
400 — 1;
410 — 1;
420 — 1;
430 — 1;
500 — 3;
510 — 1;
520 — 1;
530 — 1;
540 — 0;
550 — 1;
560 — 0;
600 — 1;
610 — 1;
620 — 2;
910 — 1;
920 — 0;
930 — 0.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Portaria n.º 1314/2008**

de 13 de Novembro

Através da Portaria n.º 220-A/2008, de 4 de Março, foi criado o Balcão Nacional de Injunções, destinado a

assegurar a tramitação do procedimento de injunção. Por outro lado, e através do mesmo diploma, foram extintas a Secretaria-Geral de Injunção de Lisboa e a Secretaria-Geral de Injunção do Porto, mantendo-se em funcionamento como liquidatárias dos processos pendentes. Tal como já havia ocorrido com a Secretaria-Geral de Injunção do Porto, também a Secretaria-Geral de Injunção de Lisboa registou um nível de desempenho que permite, decorridos poucos meses, cessar a respectiva situação de liquidatária. Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 250/2007, de 29 de Junho, e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 8.º do regime anexo ao Decreto-Lei n.º 269/98, de 1 de Setembro, manda o Governo, pelo Ministro da Justiça, o seguinte:

Artigo 1.º

Cessação da situação de liquidatária

É cessada, com efeitos a 29 de Novembro de 2008, a situação de liquidatária da Secretaria-Geral de Injunção de Lisboa.

Artigo 2.º

Processos pendentes

Transitam para o Balcão Nacional de Injunções os processos pendentes na Secretaria-Geral de Injunção de Lisboa.

Artigo 3.º

Destino dos bens

Cabe à Direcção-Geral da Administração da Justiça providenciar pelo destino dos bens que se encontrem na Secretaria-Geral de Injunção de Lisboa.

Pelo Ministro da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*, Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, em 29 de Outubro de 2008.

MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS.**Portaria n.º 1315/2008**

de 13 de Novembro

Com fundamento no disposto no artigo 26.º e no n.º 1 do artigo 118.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro;

Ouvido o Conselho Cinegético Municipal de Bragança:

Manda o Governo, pelos Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º Pela presente portaria é criada a zona de caça municipal de Rebordãos (processo n.º 5098-AFN), pelo período de seis anos, e transferida a sua gestão para a Junta de Freguesia de Rebordãos, com o número de identificação fiscal 507327063 e sede em 5300-011 Rebordãos.

2.º Passam a integrar esta zona de caça os terrenos cinegéticos cujos limites constam da planta anexa à presente portaria e que dela faz parte integrante sítios na freguesia de Rebordãos, município de Bragança, com a área de 2505 ha.